

08.09.2020

COMENTÁRIOS AO LIVRO DE WENDY BROWN

Cícero Araújo

Professor Titular do Departamento de Ciência Política da USP

Brown, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

(Versão original: *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. Nova York: Columbia University Press, 2019.)

A primeira impressão que tive do livro de Wendy Brown foi de um texto pontuado por observações e intuições brilhantes, mas com uma costura teórica confusa. Numa segunda leitura, quando de um curso que dei com André Singer no semestre passado, tive uma impressão bem melhor, uma vez que compreendi no percurso um fio teórico mais claro. Vou tentar expô-lo neste comentário remetendo a três passagens do livro.

(Cito as passagens da edição brasileira, juntando ao lado, em colchetes, a correspondente paginação da edição original.)

Embora parte do que ela desenvolve tenha a ver exclusivamente com a política norte-americana, há também muito que remete à crise da democracia em geral. Já na Introdução ela diz algo muito importante com pretensão de ampla validade:

“O argumento [do livro] não é que o neoliberalismo por si só *causou* a insurgência da extrema direita no Ocidente de hoje, ou que toda a dimensão do presente, das catástrofes que produzem grandes fluxos de refugiados para a Europa e América do Norte até a setorização [siloization] e a polarização políticas geradas pelas mídias digitais, possa ser *reduzida* ao neoliberalismo.” (p.16 [p.7])

Como a autora adverte na continuação, ela busca oferecer uma perspectiva teórica e histórica mais larga do que as que se limitam a explicar a extrema direita como decorrência exclusiva do neoliberalismo. É claro que as políticas neoliberais contribuíram para isso. Porém, não porque visavam ao resultado que hoje contemplamos. Ocorre que, ao minarem o que ela chama de “sociedade” e “esfera do

político” – veremos em seguida de que se trata –, essas políticas foram produzindo as condições de subversão da própria ordem neoliberal. Como ela afirma, na sequência dessa passagem, o ponto é que

“[...] nem os intelectuais neoliberais originais – Friedrich Hayek, Milton Friedman e seus meio-irmãos, os ordoliberais alemães – e nem mesmo os formuladores de políticas neoliberais visavam ao presente político e econômico. Pelo contrário, o entusiasmo popular por regimes autocráticos, nacionalistas e em alguns casos neofascistas [...] afasta-se tão radicalmente dos ideais neoliberais quanto os regimes comunistas repressivos [a URSS, o stalinismo etc] afastam-se das ideias de Marx e outros intelectuais socialistas, ainda que a planta deformada tenha crescido no solo fertilizado por essas ideias.” (p.18 [p.8]).

Estamos falando, portanto, de um resultado não-pretendido, e o fato de ter sido assim é que permite a ampliação da análise. Pois Wendy Brown quer explicar a crise da democracia apontando para uma espécie de injeção do descarrilhamento da ordem neoliberal com tendências já existentes na sociedade contemporânea antes da ascensão do próprio neoliberalismo. Como a análise está muito centrada na compreensão da subjetividade que prepara o terreno para, e depois produz efetivamente, o apoio às correntes e forças de extrema direita – subjetividade esta não inteiramente atribuível à era neoliberal –, entende-se por que ela recorre a autores que, mesmo não sendo testemunhas do presente, já haviam atinado para essas tendências. Na continuação do livro, W Brown seleciona para esse propósito autores tão divergentes entre si, no que tange as inclinações político-ideológicas, como: F. Nietzsche, para discutir a questão do niilismo e do ressentimento; H. Marcuse, para atualizar a ideia da “dessublimação repressiva”; e até mesmo Carl Schmitt, ideólogo dos primeiros anos do Terceiro Reich, para compreender o fenômeno que faz a maioria branca norte-americana sentir-se “estrangeira em sua própria terra”.

Nada disso é de hoje, nem deriva diretamente das políticas neoliberais. Porém, ao modificarem o ambiente social, as iniciativas neoliberais geraram as condições para uma ressurgência muito agressiva dessa subjetividade: o “retorno do reprimido”, como diria Marcuse. Contudo, o resgate de autores de outro período histórico, especialmente os que estavam concentrados na análise do fascismo (o próprio Marcuse, por exemplo), não significa, a seu ver, que estaríamos diante dos mesmos fenômenos do passado. É esta a segunda passagem que gostaria de destacar:

“Este livro não afirma que o neoliberalismo visou a conjuntura atual de princípios, políticas, práticas e formas de racionalidade, nem advoga que os fascismos dos anos 1930 estão ‘retornando’, nem que a civilização ocidental, outrora no caminho do progresso, encontra-se agora num período de regressão. Ao invés disso, ele teoriza a atual formação como relativamente inédita, divergindo dos autoritarismos, fascismos, despotismos ou tiranias de outras épocas e lugares e diferindo também dos conservadorismos convencionais ou conhecidos.” (p.20 [p.10])

Apesar de apontar o ineditismo dessa extrema direita em ascensão, a autora não volta, no livro, a falar do fascismo, nem para dizer como ela interpreta esse fenômeno histórico – cuja definição, como sabemos, ainda divide os próprios historiadores –, nem para explicar por que ela rejeita a comparação. Veremos no final do comentário os problemas conceituais a que essa omissão se relaciona.

A terceira passagem do livro que gostaria de remeter não é propriamente uma novidade de interpretação, mas o modo como W Brown elabora o ponto rebate especialmente em nosso debate – digo, o debate sobre a relação complicada que poderia existir entre o neoliberalismo, essa nova onda autoritária e as particularidades brasileiras, com a ascensão do bolsonarismo. Assim, a autora faz uma leitura do neoliberalismo bastante enfocada na visão de F. Hayek, onde a questão do autoritarismo é posta de modo explícito. O interessante é que, nessa passagem, ela vai circunscrever certas marcas do pensamento neoliberal para ligá-lo não ao liberalismo político, mas a linhagens do conservadorismo. Na economia do livro, a autora dá destaque especial à proximidade entre a visão positiva de Hayek sobre a moral tradicional e, obviamente, a posição conservadora clássica a respeito. Porém, o ponto de aproximação, também observada por ela, que considero mais interessante é outro. O ponto é que Hayek, como de resto boa parte dos autores conservadores, vê no desenvolvimento da democracia um potencial totalitário, e esse potencial o leva a suspeitar dos regimes democráticos, propensos a “excessos” que os desviam do caminho adequado. Em outras palavras, para Hayek a democracia teria uma relação ambígua com a sociedade liberal. Essa percepção, diz W Brown, conduz à seguinte elaboração:

“Hayek distingue nitidamente o liberalismo da democracia, afirmando que o único princípio compartilhado por eles é o da igualdade perante a lei. [Para] além disso, ‘o liberalismo é uma doutrina sobre o que a lei deveria ser, a democracia uma doutrina sobre a maneira de determinar o que será a lei’. A democracia é um ‘método de governo

– a saber, o regime da maioria’ – enquanto o liberalismo ‘diz respeito ao escopo e propósito do governo’”.¹ (p.87; [p.72])

A partir dessa chave, a autora consegue localizar a posição exata de Hayek em relação à democracia. Por um lado, o neoliberal austríaco faz a oposição entre as formas de governo e, por outro, a oposição entre as formas sociais. Na primeira, temos a disjuntiva entre democracia e governo autoritário; na segunda, entre a sociedade liberal (ou liberalismo) e o totalitarismo. Liberalismo e totalitarismo traduzem o que, ao fim e ao cabo, importa para nossa existência – as finalidades da vida social –, enquanto democracia e governo autoritário são apenas “métodos”, meios de governar. Justamente em virtude dessa dupla oposição, Hayek se dispõe, em cada situação concreta, a avaliar positiva ou negativamente tanto saídas democráticas quanto, também, saídas autoritárias. Desse modo, saídas autoritárias, ainda que “provisórias”, são admissíveis se elas forem necessárias para barrar os “excessos da democracia”, isto é, situações que ameacem reforçar suas tendências totalitárias. Segundo Brown, isso explica o apoio dele (Hayek) e outros neoliberais a soluções autoritárias na América Latina dos anos 1960 e 1970 – como foi o caso do regime de Pinochet, no Chile – amparados na justificativa de que esses regimes visavam barrar um “mal maior”, ou seja, a ameaça de implantação de uma sociedade totalitária por um governo de esquerda.²

O neoliberalismo, nesse sentido, compartilharia a mesma falta de sensibilidade para com a esfera do político que afeta também uma parte da esquerda, em particular o marxismo. Não por acaso, Hayek e outros neoliberais abraçam uma visão da história na qual a política é apenas um recurso subsidiário – um “mal necessário”, poderíamos dizer – para levar a humanidade para a “boa sociedade”, ou seja, a sociedade liberal. Uma vez que se chegasse nela, ou dela se aproximasse, a política se tornaria então uma prática mais ou menos dispensável. Contudo, enquanto um país não alcançasse esse estágio avançado, os neoliberais permaneceriam inteiramente abertos a apoiar uma política que pudesse melhor vincular meios e fins: abertos, portanto, a discernir uma “boa ditadura” de uma “má democracia”. Dependendo do caso, a boa ditadura poderia ser a alternativa mais “realista” para promover a transição de uma sociedade subdesenvolvida, do ponto de vista de sua qualidade liberal, para uma mais desenvolvida nesses mesmos termos.

¹ A autora cita nesta passagem trechos de F. Hayek, *The Constitution of Liberty*, “Regime da Maioria”, p.166.

² Isso, creio, também explica por que neoliberais brasileiros *avant la lettre* como Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões se dispuseram a colaborar com o regime militar implantado no país em 1964.

Fica então a pergunta: se o neoliberalismo admite soluções autoritárias, mesmo que conjunturais, por que W Brown faz questão de afastar a hipótese de que a extrema direita hoje em ascensão é um resultado não desejado pelos neoliberais? A resposta mais consistente com os argumentos dela é que os neoliberais tenderiam a ver nessa extrema direita um forte vetor totalitário. E os neoliberais, de fato (algo que a autora também enfatiza, com razão), se opõem a qualquer versão totalitária, de esquerda ou de direita – por isso, no passado, se opuseram ao nazismo. Ora, então por que descartar de pronto a comparação com os fascismos dos anos 1930?

Aqui nos deparamos com dificuldades na elaboração conceitual do livro. Pois a autora se apropria de alguns termos-chave da teoria política e da teoria social – termos como “o político” e “a sociedade”, já mencionados aqui – e os emprega com grande destaque no livro, mas a análise de seus conteúdos de sentido permanece alusiva e superficial. Assim, sabemos numa nota de rodapé que “diferentemente de Marx, o político não é um mero efluente do modo de produção [...] Diferentemente de Schmitt, não é redutível à distinção amigo-inimigo [...] Diferentemente de Arendt, o político não é [...] [etc]” (n.4, pp.68-69 [n.3, p.199]). Ficamos sem saber, porém, o que é exatamente “o político” para a própria autora.

Idem para o conceito de “sociedade”, cuja importância ela evidentemente quer resgatar, mas para o qual é nítida a falta de um confronto mais cerrado com a própria tradição da teoria social. Às vezes ela parece querer aproximar “sociedade” àquilo que essa tradição chamaria de “comunidade”; outras vezes – quando, por exemplo, registra o caráter não-consciente ou involuntário de certas formas de dominação – ela parece estar lidando com um significado mais próximo da sociologia estruturalista.

Sem dúvida, o conceito de fascismo não é importante no livro. Mas é como se, ao nomeá-lo, ela supusesse que os leitores se poriam facilmente de acordo sobre seu significado implícito. Daí não se dar ao trabalho de discutir com um pouco mais de vagar a possibilidade de que a extrema direita ascendente venha a ser uma versão renovada do fascismo. Mas por que não seria? De novo, se ela está de acordo que o presente é um resultado não-pretendido pelos neoliberais – logo, que os neoliberais eles mesmos rejeitariam enfaticamente o que essa extrema direita vem aprontando no Brasil e mundo afora –, ela teria de admitir que a onda autoritária a que assistimos não é um autoritarismo tão indefinido assim. No mínimo, não é a solução autoritária que os próprios neoliberais aceitariam, isto é, aquela supostamente compatível com a promoção

da sociedade liberal. Mas se esse raciocínio procede, W Brown teria de algum modo de vestir os óculos de um Hayek e acolher a hipótese de que essa extrema direita, sendo uma expressão das “ruínas” de que o livro trata, significa um descarrilhamento totalitário da ordem neoliberal. Em suma, a possibilidade da ressurgência do fascismo deveria permanecer pelo menos uma questão em aberto.